

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 2025

Apensado: PLP nº 104/2025

Altera a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária, para incluir sardinha em lata na lista de produtos destinados à alimentação humana submetidos à redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS.

Autora: Deputada ANA PAULA LIMA

Relator: Deputado DR. FRANCISCO

I - RELATÓRIO

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 80, de 2025, de autoria da nobre Deputada Ana Paula Lima, que visa alterar a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, para incluir a sardinha em lata na lista de produtos destinados à alimentação humana submetidos à redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS.

Foi apensado à proposição o PLP nº 104, de 2025, de autoria do nobre Deputado Luiz Nishimori, por tratar de matéria correlata, também com o objetivo de incluir a sardinha em conserva na referida isenção tributária.

Na justificção, a autora do PLP 80/2025 argumenta que o projeto visa ampliar o acesso da população a um alimento de alto valor nutritivo e baixo custo, bem como destaca o impacto positivo na cadeia produtiva da pesca, que gera emprego e renda em importantes estados da federação.



A justificação do PLP 104/2025, por sua vez, detalha que a proposição busca corrigir uma omissão técnica na regulamentação da reforma tributária. Adicionalmente, apresenta robustos argumentos sobre os benefícios nutricionais do alimento em cada faixa etária, a sustentabilidade da prática de pesca da sardinha no país e sua correta classificação como alimento processado, em oposição a ultraprocessado.

As proposições foram distribuídas às Comissões de Saúde; Finanças e Tributação (mérito e art. 54 RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Na Comissão de Saúde, em 08/07/2025, foi apresentado o parecer do Relator ao PLP nº 80, de 2025, Dep. Dr. Francisco (PT-PI), pela aprovação, porém não apreciado.

Após a análise pelas Comissões, a proposição será objeto de apreciação pelo Plenário e seu regime de tramitação é prioridade, conforme o art. 24, inciso I e art. 151, inciso II, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

2025-11770



II - VOTO DO RELATOR

É de notável mérito o objetivo comum às proposições em análise, qual seja, o de incluir a sardinha em conserva na cesta básica nacional, de modo a ampliar o acesso da população a um alimento de alto valor nutritivo e baixo custo. A medida representa um avanço inequívoco para a saúde pública e para a segurança alimentar dos brasileiros, o que se alinha integralmente à competência desta Comissão.

Considerando que o Projeto de Lei Complementar nº 104, de 2025, tramita apensado ao Projeto de Lei Complementar nº 80, de 2025, por versarem sobre matéria idêntica, a boa técnica legislativa orienta pela consolidação de ambos em um texto único. Dessa forma, a análise favorável deste Relator se dará na forma de um Substitutivo, cujo voto se sustenta sobre três pilares fundamentais.

O primeiro é o **excepcional valor nutricional** do alimento¹. A riqueza nutricional da sardinha traduz-se em benefícios diretos para a saúde humana em diversas fases da vida. Os ácidos graxos do tipo ômega-3, por exemplo, são cruciais na prevenção de doenças cardiovasculares. Já a combinação de cálcio e vitamina D é fundamental para a saúde óssea, essencial para o crescimento infantil e a prevenção da osteoporose na população idosa.

Adicionalmente, as proteínas de alto valor biológico fornecem os aminoácidos essenciais para a construção e o reparo de tecidos, ao passo que a vitamina B12 desempenha um papel vital na saúde do sistema nervoso. Fundamental, ainda, é que a sardinha em conserva é considerada um alimento **processado**, e não ultraprocessado, de acordo com o Guia Alimentar para a

¹ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Food Research Center. **Tabela Brasileira de Composição de Alimentos (TBCA)**. Versão 7.2. São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.tbca.net.br/base-dados/int_composicao_alimentos.php?cod_produto=BRC0073E. Acesso em: 17 jul. 2025.



População Brasileira², do Ministério da Saúde. Tal distinção alinha o consumo do produto às recomendações oficiais de uma dieta saudável e equilibrada.

O segundo pilar é o fortalecimento da **segurança alimentar e nutricional**. Por ser um produto não perecível, de fácil armazenamento e transporte, a sardinha em lata tem a capacidade de alcançar regiões remotas ou com infraestrutura precária, onde o acesso a proteínas frescas é um desafio logístico. Garantir a oferta de um alimento com tamanha densidade nutritiva a um custo reduzido fortalece a presença do Estado na promoção de uma dieta mais saudável para populações em situação de vulnerabilidade.

Por fim, a medida gera um **impacto social e econômico** positivo. A pesca e a indústria de conservas de sardinha são responsáveis pela geração de milhares de empregos diretos e indiretos, bem como constituem a principal fonte de renda para muitas famílias em comunidades litorâneas de estados como Santa Catarina e Rio de Janeiro. É de se notar que este benefício social se apoia em uma cadeia produtiva sustentável, com a pesca do recurso sendo devidamente regulamentada para garantir sua perenidade, conforme detalhado na justificativa da proposição apensada.

Diante do exposto, e considerando os significativos benefícios para a saúde e a segurança alimentar da população brasileira, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar nº 80, de 2025, e do Projeto de Lei Complementar nº 104, de 2025, na forma do **Substitutivo** em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DR. FRANCISCO
Relator

2025-11770

² MONTEIRO, Carlos Augusto. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 17 jul. 2025.



COMISSÃO DE SAÚDE

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 80,
DE 2025

Apensado: PLP nº 104/2025

Altera a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, para incluir a sardinha em conserva na lista de produtos da cesta básica isentos de incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei inclui a sardinha em conserva (NCM/SH 1604.13) na lista de produtos da cesta básica isentos de incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), conforme disposto no artigo 125 e no Anexo I.

Art. 2º O item 20 do Anexo I da Lei Complementar nº 214, de 2025, que lista os produtos da cesta básica isentos da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), passa a vigorar com a seguinte alteração:

“ANEXO I

PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO HUMANA SUBMETIDOS À
REDUÇÃO A ZERO DAS ALÍQUOTAS DO IBS E DA CBS (EXCLUSIVE
PRODUTOS HORTÍCOLAS, FRUTAS E OVOS, RELACIONADOS NO ANEXO
XV)

Item	Descrição do produto
27	Sardinha em lata da NCM 1604.13.10



.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DR. FRANCISCO
Relator

2025-11770

